

Operação federal de retirada de invasores começa na Terra Indígena Munduruku, no Pará

Base federal é montada no Pará no início da operação de desintrusão na TI Munduruku, para expulsar invasores. – Foto: Reprodução / TV Liberal

Ação envolve vinte órgãos federais para recuperar áreas afetadas pela exploração ilegal de garimpeiros.

O Governo Federal iniciou, neste sábado (9), a operação de retirada de não indígenas do território Munduruku, nos municípios de Jacareacanga e Itaituba, no sudoeste do Pará.

A ação envolve vinte órgãos federais, incluindo a Força Nacional, para tentar recuperar áreas afetadas pela exploração ilegal de garimpeiros, buscando garantir que apenas os 9.257 indígenas dos povos Munduruku, Isolados do Alto Tapajós e Apiaká.

A decisão da Presidência da República cumpre determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) para devolver a Terra Indígena ao povo originário.

A operação de desintrusão também quer proteger o meio ambiente e garantir que recursos naturais não sejam destruídos na área de preservação indígena.

Assessor da Casa Civil e coordenador da operação, Nilton Tubino disse que a ação é um passo para assegurar o direito do povo Munduruku ao território.

O apoio logístico é coordenado pela 23ª Brigada de Infantaria de Selva, sob o comando do Comando Militar do Norte, com base operacional estabelecida no aeroporto de Jacareacanga.

“Nossa missão é apoiar logisticamente o comando-controle para que todos os órgãos envolvidos tenham as melhores condições de cumprir as tarefas”, explicou o General Veiga, comandante da Brigada.

O Secretário Nacional de Direitos Territoriais do Ministério dos Povos Indígenas, Marcos Kaingang, afirmou que “a atual gestão não compactua com garimpo ilegal, desmatamento ou atividade ilícita que afete os povos indígenas”.

Entre os órgãos participantes estão: Casa Civil, Secretaria-Geral da Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social (Secom), Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério da Defesa, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Ministério dos Povos Indígenas, Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, Ministério do Trabalho e Emprego, Estado-Maior das Forças Armadas, Funai, Ibama, Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública, Polícia Rodoviária Federal, Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam).

Também há a participação de agências reguladoras federais que vão atuar na fiscalização.

Fonte: g1 PA Publicado Por: <https://www.adeciopiran.com.br> em 11/11/2024/16:35:38

Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação blog <https://www.adeciopiran.com.br> (93) 98117 7649/ e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>

<https://www.adeciopiran.com.br>, fone (WhatsApp) para contato (93)98117- 7649 e-mail: <mailto:adeciopiran.blog@gmail.com>